



**Espaço &
Geografia**

**A TEORIA EXPANDIDA DO CAPITALISMO PROPOSTA
POR NANCY FRASER E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O
ESTUDO DA GEOGRAFIA DO CAPITALISMO**

*The expanded theory of capitalism proposed by Nancy Fraser and its
contribution to the study of the geography of capitalism*

Leandro Di Genova Barberio¹, **Maria Carolina Graciano Sugahara**² e **Angelita Matos Souza**³

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental (DPGA), Rio Claro (SP), Brasil. E-mail: leandro.g.barberio@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5896-2315>

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental (DPGA), Rio Claro (SP), Brasil. E-mail: carolina.sugahara@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5002-2425>

³ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental (DPGA), Rio Claro (SP), Brasil. E-mail: matos.souza@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7199-9999>

Recebido: 3 de janeiro de 2023; Aceito: 27 de maio de 2023; Publicado: 31 de maio de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562023e46540>

RESUMO

Neste artigo, apresentaremos o esquema analítico proposto por Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, em “Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica”, procurando articular a perspectiva à reflexão sobre o processo de produção e desenvolvimento do espaço geográfico. A metodologia consiste na apresentação concisa de ideias centrais presentes no livro focado para, em seguida, recorreremos a autores que se dedicaram à geografia do capitalismo, com o objetivo de apontar para um diálogo possível e, do nosso ponto de vista, produtivo ao entendimento da reprodução do capitalismo no espaço geográfico. Dessa forma, essa discussão está ligada à inserção das novas teóricas críticas na consolidação do pensamento geográfico, uma vez que a abertura deste tipo de diálogo construtivo tem possibilitado o desenvolvimento de novas abordagens epistemológicas da geografia.

Palavras-Chave: Teoria crítica do capitalismo, epistemologia da geografia, produção do espaço geográfico.

ABSTRACT

In this article, we are going to present the analytical scheme proposed by Nancy Fraser and Rahel Jaeggi, in “Capitalism in debate: a conversation in critical theory”, seeking to articulate the perspective to the reflection on the process of production and development of geographic space. The methodology of this paper consists in a brief presentation of the central ideas in the book focused, then we turn to authors who have dedicated themselves to the geography of capitalism, with the objective of pointing to a possible and, from our point of view, productive dialogue to the understanding of the reproduction of capitalism in geographic space. In this way, this discussion is linked to the insertion of new critical theories in the consolidation of geographic thinking since the opening of this type of constructive dialogue has enabled the development of new epistemological approaches to geography.

Keywords: Critical theory of capitalism, epistemology of geography, production of geographic space.

1. Introdução

O livro *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*, das filósofas Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, foi publicado no Brasil em 2020. Na obra, as autoras recolocam o capitalismo no centro da reflexão crítica sobre o mundo contemporâneo, por meio de uma narrativa organizada na forma de um diálogo entre elas, maiormente em torno do pensamento de Fraser. A conversa é orientada pelo objetivo de articular as categorias analíticas do marxismo a novos insights, advindos dos estudos feministas, ecossocialistas e do pós-colonialismo, no intuito de apresentar uma teoria ampliada do capitalismo na contramão da ortodoxia (ou do “economicismo”).

No início da obra, Fraser e Jaeggi criticam o afastamento da teoria social da economia política, desde os anos 1980, quando o liberalismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo ganharam mais espaço na produção acadêmica. Afastamento condenado pelas autoras sem deixar de reconhecer os ganhos aportados pelas novas perspectivas, sobretudo no que se refere às temáticas sobre reconhecimento e *status* político de grupos sociais minoritários. Por isso, defendem a incorporação desses paradigmas para a formulação de uma teoria ampliada do capitalismo. “Todos esses temas eram tirados da mesa por um paradigma economicista ortodoxo, esclerótico e reducionista [...] Por isso, sempre insisti numa abordagem “ambos/e” – classe e status, redistribuição e reconhecimento” (FRASER, 2020, p. 19).

Diante disso, os novos paradigmas serão incluídos na proposta de teoria ampliada do capitalismo, denominada por Fraser de ordem social institucionalizada. O objetivo é tanto escapar ao modelo ortodoxo base-superestrutura, como “falar sobre condições de fundo ‘não econômicas’” que são condição de existência do sistema. Além disso, considerando que a análise do capitalismo por Fraser tem o problema da crise como central, o aspecto relacional entre crise sistêmica e lutas sociais é fundamental e ocupa boa parte da conversa. Em resumo, as filósofas propõem uma teoria ampliada, na qual as questões de classe, gênero e raça estejam articuladas, sem descuidar da economia política e/ou da problemática do desenvolvimento desigual e combinado em escala mundial.

As considerações teóricas das autoras inspiraram a breve reflexão que apresentaremos sobre o formato e o desenvolvimento epistêmico do pensamento geográfico, a partir do pressuposto de que é importante a realização de revisões analíticas à luz de novos métodos para compreender os processos das relações sociais de produção que constituem o espaço. Moraes e Costa (1987) apresentam em sua obra o caráter de uma revisão que mira no aperfeiçoamento das formas de se analisar a dinâmica do espaço geográfico. O contato com o método do materialismo histórico e dialético configura-se como uma abertura para uma nova crítica das relações sociais de produção e sua concretização em diferentes localidades territoriais. Essa postura desperta em nós o interesse em buscar na obra de Fraser novos parâmetros para serem discutidos em assuntos geográficos de produção espacial. As diferentes formas de relações de constituição do espaço segundo os regimes de acumulação indicam a relevância de se procurar em novas leituras diretrizes para o entendimento do funcionamento do capitalismo, inclusive porque este assumiu novas formas nos últimos quarenta anos.

A partir da teoria expandida do capitalismo defendida por Fraser, este texto buscará analisar aspectos das relações sociais de produção do capitalismo no processo de constituição e desenvolvimento do espaço geográfico, a partir do pressuposto de que este é o locus dos processos de acumulação do capital e traz em sua essência a base de materialização das relações de seus avanços espoliativos. Destacaremos também que, apesar de Fraser não pensar o espaço como categoria central - ao lado da história oficial e a de fundo -, essa dimensão atravessa, como procuraremos indicar, a história oficial e a de fundo na compreensão expandida do capitalismo proposta pela autora.

O texto está subdividido em três seções: nas duas primeiras, expomos o pensamento teórico-metodológico apresentado na obra; no último, procuraremos ampliar o debate espacial e identificar em quais pontos Fraser sinaliza para a compreensão de uma geografia do capitalismo. Por fim, defenderemos o método trazido por Fraser como profícuo para aqueles que se aventuram a estudar a geografia a partir do materialismo histórico.

2. O esquema teórico-metodológico de Nancy Fraser: o plano principal e o plano de fundo

A partir do entendimento do que seriam as características comuns às formações sociais capitalistas – uma vez que existem vários capitalismo –, Fraser propõe uma análise do capitalismo em dois planos: o plano principal e o plano de fundo. O primeiro contempla a economia capitalista, reunindo seus elementos duradouros/estruturais; já o plano de fundo abarca as esferas da expropriação, da reprodução social, a esfera política e a da natureza não humana.

À luz de Marx, as autoras identificam quatro características que distinguem as formações sociais capitalistas:

- a) uma divisão de classe entre proprietários e produtores diretos;
- b) a mercantilização da força de trabalho;
- c) a dinâmica de acumulação de capital como um processo da busca sem fim da valorização;
- d) a alocação via mercado dos insumos produtivos e do excedente social.

O plano principal se definiria a partir desses critérios.

Contudo, por trás da história oficial existiria uma história de fundo, um plano de fundo do qual as sociedades capitalistas dependem para existir e seguir em frente. As quatro características que definem o capitalismo no plano econômico se ancoram em possibilidades de fundo, isto é, nas esferas “não oficiais” que ancoram o plano principal. Entre os dois planos existem relações de dependência apresentadas na forma das separações constitutivas no esquema analítico proposto, entre produção e reprodução, exploração e expropriação, economia e política e natureza humana e não humana. Além disso, na contramão de teorias que defendem a dominação de classe e os conflitos capital-trabalho como a contradição principal, as autoras valorizam as lutas sociais de maneira abrangente, incluindo conflitos não diretamente ligados à esfera da produção (de raça, gênero, meio-ambiente, lutas políticas, anti-imperialistas) na categoria luta de classes ou como igualmente importantes (não como secundários).

Fraser se inspira na mudança epistêmica entre exploração e expropriação, presente em Marx, com a expropriação, em *O Capital*, despontando ao final do livro I

como a história não oficial (de fundo) da exploração; e na linha de Harvey (2004), a autora vai entender a acumulação por meio da expropriação como um processo contínuo, para além da fase da acumulação primitiva. A partir daí, assinalará três outras mudanças epistêmicas: da produção para a reprodução social; da natureza humana para não humana; da economia para a política.

A primeira, da relação de dependência entre produção e reprodução social, diz respeito às atividades destinadas à produção da força de trabalho, que criam, subjetivam e socializam os sujeitos humanos como seres corpóreos e sociais, dentro do capitalismo, que em sua maior parte não se traduzem em trabalho remunerado. Embora várias atividades sejam socializadas e/ou estejam sendo mercantilizadas sob o neoliberalismo, as tarefas de reprodução social são exercidas sobretudo pelas mulheres (as atividades de cuidado estão em geral a cargo das mulheres, mesmo se socializadas ou mercantilizadas). Essa esfera do plano de fundo é inequivocamente necessária à acumulação de capital e à produção de mercadorias, que não poderia existir sem a esfera da reprodução social. Sem o trabalho reprodutivo marcado por gênero, os horizontes de valor do capitalismo, bem como a formação da força de trabalho, não se concretizariam.

A segunda mudança epistêmica tem sido estudada pelas vertentes ecomarxianas e ecosocialistas e corresponde à separação da unidade original entre natureza humana e natureza não-humana, inexistente em sociedades pré-capitalistas nas quais o ritmo da vida era muito mais adequado às exigências da natureza não-humana. O avanço do domínio sobre essa, condição de fundo para a acumulação capitalista, se configura ao mesmo tempo como indispensável e destruidor das próprias condições de existência do sistema. Com efeito, a autora salienta a tendência inerente à acumulação de capital de destruir suas condições de existência – o mesmo ocorreria na esfera da reprodução social com a destruição dos mecanismos de bem-estar social.

Por fim, a terceira mudança abarca a separação entre economia e política, que institui a diferenciação entre poder público e privado, não obstante a economia não possa existir sem a esfera política. Neste terreno, Fraser afirma que o Estado constitui a economia capitalista, que depende do ordenamento jurídico para organizar a economia de mercado, propiciado pelo Estado nacional, além de o capital se

expandir internacionalmente gravitando em torno do sistema de Estados, na dependência do direito internacional e de organizações supraestatais.

O plano principal e as esferas do plano de fundo configuram uma unidade contraditória, assentada em separações que teriam cindido unidades prévias, nas quais as divisões inexistiriam ou seriam desimportantes. Ou seja, em sociedades pré-capitalistas, as separações exploração-expropriação, produção-reprodução, natureza humana-não humana, economia-política eram pouco pronunciadas ou não existiam. Essas são próprias ao modo de produção capitalista. No entanto, cabe registrar que as autoras não compartilham de nenhuma postura romantizada com relação às formações pré-capitalistas, no sentido de lamentarem a ruptura de uma suposta unidade original. Pelo contrário, como destacam: “a ascensão do capitalismo gerou muitos desenvolvimentos positivos e emancipatórios” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 50).

Após as considerações acerca da história oficial e a de fundo, as autoras discorrem sobre o imperialismo, a expropriação e as relações racializadas decorrentes. O conceito de expropriação de Fraser converge e avança com relação a Harvey e, por extensão, Rosa Luxemburgo. Como eles, a autora sublinha a expropriação continuada, jamais superada, na história do capitalismo; mas enriquece o argumento ao sublinhar os fatores raça e gênero na abordagem da expropriação.

Conforme a autora, a diferença básica entre explorados e expropriados é que, no primeiro caso, os capitalistas ainda se responsabilizam pelos custos da reprodução da força de trabalho e o trabalhador conta com alguma proteção das leis/sindicatos; em se tratando dos expropriados, essa proteção não existe ou é muito mais precária. Dessa forma, além da distinção de ordem material, às duas “ex” correspondem a uma hierarquia de *status*, entre trabalhadores “livres”, explorados, e os sujeitos expropriados, desprotegidos e inseridos em situações de não-liberdade e dependência. E ao longo da história do capitalismo seria possível identificar a expropriação como mais presente nas periferias, subordinando povos racializados. Para Fraser, inclusive, essa seria uma condição necessária, de fundo, à exploração dos trabalhadores nos países centrais, todavia, essa distinção viria diminuindo, na medida em que a imbricação entre as duas “ex” avança globalmente.

Neste ponto, Fraser sinaliza para uma geografia não-oficial do capitalismo, com uma história da exploração contada principalmente via países do centro, e a história da expropriação contada pelos países da periferia. Identifica-se, no pensamento de Fraser, uma perspectiva geográfica: a representação da geografia oficial do capitalismo é estruturada a partir de condições de fundo, a geografia não-oficial, espacialmente localizada por meio da divisão imperialista do mundo.

3. Os regimes de acumulação e a compreensão da geografia histórica do capitalismo

A partir da definição conceitual do capitalismo como ordem social institucionalizada composta por várias esferas – e não apenas como um sistema econômico –, Fraser e Jaeggi entendem que o capitalismo esconde dimensões das quais depende para a reprodução da economia capitalista, que aparece como uma dimensão apartada da sociedade e do Estado. Neste sentido, seguem o método de Marx, no livro I de O Capital, que primeiro tratou da aparência do capitalismo como uma “enorme coleção de mercadorias”, na qual se supunha que reinava a troca justa entre equivalentes, para depois desvendar a essência das relações de exploração mediante o contrato de trabalho – no qual o capitalista procura pagar somente o “necessário” para a reprodução social do trabalhador e se apropria do excedente; para, finalmente, no capítulo sobre a acumulação primitiva, passar à história de fundo da acumulação por expropriação, fundada no roubo e na despossessão.

Deste modo, as autoras reconhecem, tal como Marx, que o capitalismo depende de zonas não comodificadas para garantir suas condições de acumulação. Como mencionado, a partir do entendimento de outras três mudanças epistêmicas: da produção à reprodução social, da economia à política e da natureza humana à não humana, as autoras voltam-se à compreensão dos diferentes estágios do capitalismo, caracterizando os regimes de acumulação que os distinguem tendo em vista as relações de dependência que se estabelecem entre as esferas do plano principal e de fundo.

Assim, as rupturas que impuseram transformações que delimitam os períodos históricos e seus respectivos regimes de acumulação se valem das interações com as

esferas do plano de fundo. Além disso, Fraser argumenta que esses regimes de acumulação expressam modos pelos quais o capitalismo lida, provisoriamente, com suas crises. As contradições sistêmicas inerentes ao capitalismo operam para além do interior da economia, nas fronteiras das condições de fundo. Diante disso, cada regime emergiria da busca pela “superação” dos impasses da crise anterior. As transformações no interior do capitalismo se dariam, portanto, por meio da luta de classes, e pelas lutas de fronteira – nos limites das divisões institucionais do capitalismo. Assim como as lutas entre trabalho e capital, os agentes constitutivos das lutas de fronteiras seriam capazes de redesenhar o mapa traçado pelo capital.

Para Souza (2021), primeiramente, a periodização do modo de produção capitalista com a qual as autoras trabalham destaca o encontro entre o movimento de autovalorização do capital com o trabalho livre. Dessa forma, evidenciam a transformação do processo de trabalho – da subsunção formal à subsunção real – e os diferentes regimes de acumulação na história do capitalismo, distinguindo as fases mercantil/comercial; concorrencial/liberal; administrado pelo Estado/social-democrata; financeirizado/neoliberal.

No primeiro estágio do capitalismo, denominado mercantil ou comercial, que vigorou do século XVI ao século XVIII, há como característica principal a regulação comercial pelo Estado, ou seja, havia imbricações muito mais profundas entre política e economia por meio do Estado absolutista. A reprodução social foi relegada como uma esfera distante das ações do Estado, e a dissolução dos vínculos familiares tradicionais ocorreu a partir da expropriação de camponeses de suas terras, da escravização de povos indígenas e africanos, e do saque violento do “Novo Mundo”. Foi o período da acumulação primitiva descrito por Marx, no qual o trabalho assalariado e a propriedade privada ainda não estavam plenamente estabelecidos.

A ascensão do capitalismo concorrencial (liberal) e seu regime de acumulação consolidou a ordem jurídica da propriedade privada, do contrato social moderno, da força de trabalho livre e da prevalência do mercado menos controlado pelo Estado. Essa ordem se estabeleceu no centro do sistema; às periferias couberam as populações expropriadas e colonizadas pelos poderes imperialistas centrais. Por fim, o avanço do capitalismo, marcado por rebeliões e guerras imperialistas, além das duas grandes guerras mundiais, aprofunda a separação entre as esferas da

exploração e expropriação – a acumulação por expropriação nas periferias encoberta pela exploração dos indivíduos por meio do contrato de trabalho em outras regiões –, também as diferenças de gênero são aguçadas, subvertendo a reprodução social da vida comunitária, com as mulheres cada vez mais relegadas à esfera doméstica e privada e os homens à produção.

Na segunda metade do século XX, após a crise aguda que distingue a primeira metade do século, um novo regime de acumulação entra em cena, o do capitalismo administrado pelo Estado. O fortalecimento do pleno emprego, dos sindicatos e das lutas por redistribuição emerge como resposta aos conflitos revolucionários latentes. Ademais, os instrumentos sociais de previdência, seguridade social e pensão permitiram ao Estado combinar exploração e socialização da reprodução social nos países do centro com a continuidade da predação dos países da periferia, acentuando ainda mais a divisão entre exploração (nos países centrais) e expropriação (nas periferias).

Até o final dos anos 1970, quando um novo regime de acumulação, neoliberal, vai suplantar, com maior ou menor êxito, segundo cada país, o capitalismo administrado pelo Estado, em boa medida o neoliberalismo foi uma resposta à queda nas taxas de lucro que foram se anunciando na década de 1970. O retorno à ideia de economia autorregulada, com mínima interferência do Estado, foi se disseminando ao encontro da precarização dos salários e corte de serviços públicos. Alterou-se, inclusive, na ordem de gênero, a configuração do mercado de trabalho, com a inserção da mão de obra feminina, em parte uma conquista das mulheres, em parte uma necessidade econômica mirando a redução dos salários em geral. A subsistência familiar já não era possível por meio de um único provedor, somada às lutas feministas de contestação da dependência masculina. Este novo regime de acumulação, altamente financeirizado, está ancorado em fortes políticas de austeridade e na contínua dissolução de direitos trabalhistas e de proteção social e ambiental, além de um esvaziamento cada vez maior da política democrática. Com efeito, ocorre a universalização da expropriação, pois o neoliberalismo cria regimes de trabalho cada vez mais híbridos – trabalhadores explorados e expropriados – que não mais se limitam aos países da periferia do sistema, embora ainda sejam predominantes nestes países.

4.A espacialidade na teoria expandida de capitalismo: o papel central da geografia

O processo de mundialização do capital, desde o final dos anos 1970, implicou na expansão do capital financeiro e dos grandes monopólios empresariais. Associado às necessidades de realocação do capital excedente, foram instituídos novos centros de produção, sobretudo na Ásia. O capital financeiro internacional, cada vez mais envolvido em movimentos especulativos, em detrimento das esferas produtivas, facilitou as crises de desvalorização e as desacelerações econômicas mundiais (HARVEY, 2003). Logo, o movimento de autovalorização do capital via expansão da forma fictícia engendrou condições novas para o estudo da geopolítica do capitalismo no que se refere à produção desigual do espaço.

A síntese dos trabalhos de David Harvey, nesse sentido, fornece elementos para melhor compreender essas questões. Valendo-se de uma leitura renovada da obra de Marx, Harvey (2003; 2005; 2006) buscou mapear as lacunas deixadas pelos escritos marxianos na análise do mercado mundial e do Estado, assinalando o desenvolvimento geográfico desigual como condição para a acumulação de capital em âmbito global. Assis (2020), analisando a obra de Harvey, defende que essa corresponde a uma renovação do pensamento marxista, a partir de sua perspectiva singular da geopolítica do capitalismo:

A geopolítica do capitalismo conforma uma proposição-síntese capaz de revelar como a produção hegemônica das geografias materiais nos centros e nas periferias do capitalismo está associada à acumulação e à tendência congênita da sobreacumulação de excedentes de capital e trabalho. Dessa forma, o mapeamento das produções e das destruições das geografias, além de toda a mobilidade da força de trabalho, servem de evidências empíricas para as investigações que entendem esses dois excedentes como impulsionadores das relações e das confrontações geopolíticas entre os Estados nacionais e os agentes privados ligados às expansões geográficas, sobretudo em tempos de depressão econômica (ASSIS, 2020, p. 68).

Nesse ponto em comum entre o pensamento de Fraser e Jaeggi, Harvey tem buscado o entendimento da valorização do capital e suas tendências sistêmicas às crises e desvalorizações, partindo da análise das contradições internas do movimento de valorização do capital. Para o autor, as crises seriam produto dos momentos de

excesso de capital, sem o efetivo consumo do excedente (HARVEY, 2005), quando a queda das taxas de lucro se transformaria em desvalorização de ativos fixos, como maquinário e infraestrutura, desemprego crônico, baixa demanda de bens de consumo ou de capital, produtividade decrescente etc. Nesse cenário, esgotados os movimentos de valorização do valor, o capital possui a necessidade de renovar suas condições de acumulação.

Harvey adverte que o modo de produção capitalista costuma se utilizar da geografia para estabilizar suas contradições internas, a partir da tendência inerente do capitalismo de criação de um mercado mundial que forneça condições de circulação entre a produção e realização do valor. Por meio do imperialismo e do colonialismo, o capital procura “soluções” externas para suas crises, a partir da expansão geográfica. Segundo Harvey (2006, p. 115), “o capital produtivo pode ser emprestado para um país estrangeiro, criando novos recursos produtivos em novas regiões”, contribuindo para a criação de uma paisagem geográfica que facilite o processo de acumulação, bem como para a inserção de formações sociais não capitalistas na órbita do capital. O crescente antagonismo entre capital e trabalho, escondido sob forma de trabalho assalariado nos países centrais, é reconhecido nas colônias, na forma do trabalhador expropriado.

O ponto central deste argumento vincula-se a uma tendência capitalista crônica, derivada teoricamente de uma reformulação da teoria da tendência de queda da taxa de lucro de Marx, de produzir crises de sobreacumulação. Essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva). Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver este excedente. A expansão geográfica e a reorganização do espaço proporcionam tal opção (HARVEY, 2003, p. 78).

Assim, a compreensão da geografia, ou da geopolítica do capitalismo, permite o entendimento de como as reformulações das relações espaço-temporais atuam em períodos de desvalorização do valor. Apesar de Harvey convergir com Fraser ao entender que a acumulação em sua forma econômica – opressão via capital – não resistiria sem que houvesse meios não-econômicos, como a acumulação por espoliação, a coerção consentida (traduzida a partir da coerção e do consentimento da hegemonia norte-americana), e o poder político do Estado capitalista, o autor não

traz ao centro da análise do capitalismo outros aspectos, ligados à esfera da reprodução social e da expropriação, como raça e gênero – determinantes nos expedientes de expropriação –, e mesmo as questões ambientais não ocuparam o centro da sua análise sobre o novo imperialismo (HARVEY, 2003). Sobretudo, ao conjecturar sobre como o capitalismo sobrevive ao longo de tantas crises, o domínio não-econômico, embora reconhecido em sua teoria geopolítica, não faz parte de suas prospecções principais.

Do mesmo modo, a formulação de uma teoria expandida do capitalismo, como a empreendida por Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020), precisa ser incrementada à luz da geografia, à luz da ideia da produção capitalista do espaço como condição e possibilidade da acumulação de capital. Entender os movimentos de expansão geográfica como potenciais de resoluções de crises do capitalismo, seja a partir da incorporação de novos territórios ao mercado mundial, seja a partir da destruição espacial de capital fixo, é um contraponto importante para a teoria social crítica, aludido pela autora, porém, demanda mais desenvolvimento. No mais, a incorporação dos novos paradigmas por Fraser, no que se refere à história de fundo da acumulação capitalista, revela aos geógrafos caminhos que permitem, também, uma compreensão espacial expandida do capitalismo.

Historicamente, a geografia passou por diferentes processos de constituição e organização de seu desenvolvimento epistemológico, uma vez que as diferentes abordagens na relação da geografia como ciência e com seu objeto de estudo formaram a síntese destas discussões (SANTOS, 2002). Na década de 1970, a geografia ganhou uma nova vertente de renovação, denominada movimento crítico radical, marcada por processos de ruptura com as vertentes anteriores (a tradicional ou a pragmática).

Em sua gênese, a geografia traz aspectos de uma ciência de síntese, com princípios descritivos e morfológicos de estudos da paisagem, caracterizado por condições de entendimento da constituição da superfície terrestre e seus elementos humanos e naturais. As diferentes linhas do pensamento geográfico têm em sua essência uma base de cunho positivista na compreensão dos fenômenos estudados, visto que estas correntes se apresentavam com pressuposto analítico de determinismos geográficos e de qualificação de descrição dos lugares na relação de

entendimento do espaço. Estas condições caracterizaram um tradicionalismo geográfico de cunho apolítico, que não acompanhou as novas formações socioespaciais, e os ritmos de mudança e alteração na economia, na política e nos problemas sociais ao longo do século XX. Esse contexto deu a margem para que posicionamentos críticos surgissem nos métodos de análise do espaço, dando origem a novas vertentes epistemológicas em meados da década de 1970 (MORAES, 2007).

A politização vem como marca neste novo caminho metodológico da geografia em que o espaço passa a ser discutido de acordo com parâmetros de valorização do valor nas formações sociais capitalistas. Como defende Moreira (2004), a geografia deveria se pautar na atitude de representação e reflexão analíticas, levando em conta o modo de organização com relação à sociedade e à natureza, com o objetivo de atingir a consciência do processo de produção e organização do espaço geográfico. Dessa forma, a ciência geográfica assumiria um conteúdo político de conhecimento científico, desenvolvendo a partir desta nova guinada ideais de uma geografia militante, na qual a análise geográfica seria compreendida como um instrumento de libertação (MORAES, 2007).

Se na abordagem da geografia tradicional e teórica o espaço era um dado absoluto, representado por um sistema de pontos e localizações, no contexto da geografia crítica o espaço geográfico passa a ser entendido como um produto da realidade social, isso é, a partir de uma ordem sincrônica e relacionado a uma determinada base material (MORAES; COSTA, 1987). O espaço geográfico não é dado como natural, a-histórico e preexistente ao modo de produção; e, mais do que isso, nas formações sociais capitalistas, não pode ser pensado de maneira desconexa das condições que possibilitam a acumulação de capital. Nesse sentido, as categorias marxistas aparecem na análise das dinâmicas espaciais. Compreendendo o processo de valorização das unidades territoriais a partir do modo de produção capitalista, a teorização da vertente da geografia crítica parte de um viés praxiológico que busca o entendimento do espaço como totalidade relacional.

Associadas às mutações do campo científico da geografia, as novas atualizações teóricas buscaram a compreensão das problemáticas envolvidas na produção capitalista do espaço, sobretudo a partir de uma leitura atualizada da obra de Marx. As formações sociais existentes e seus níveis de desenvolvimento das forças

produtivas e relações sociais de produção se estabelecem perpassadas por relações espaciais, sendo o espaço produzido de acordo com as condições de produção e reprodução do capital e suas capacidades de extração e realização do valor – tanto no plano central/econômico quanto nos planos de fundo, tal como entendido por Fraser.

Quer dizer, ainda que a dimensão espacial não precise aparecer como esfera específica, pois perpassa todas as esferas, do nosso ponto de vista, uma teoria ampliada do capitalismo deve contemplar explicitamente a dimensão espacial, não sendo propriamente o caso no esquema analítico proposto por Fraser, no qual a presença da dimensão espacial está mais implícita do que explicitada.

No entanto, as perspectivas analíticas resgatadas pela geografia crítica permitiram a passagem das noções de “organização do espaço” para a análise da produção e valorização do espaço, possibilitando um enriquecimento quanto à multiplicidade de aspectos da vida social – para além, também, do que é marcado pelo plano econômico – uma vez que a produção é vinculada às condições de vida na sociedade, de maneira expandida, à reprodução social, que permite compreender o cotidiano e as relações sociais. Desse modo, a noção de produção do espaço é dotada de um caráter histórico, material, partindo da realidade concreta e das contradições engendradas da vida social.

A extensão do capitalismo no espaço, ele próprio tornado mercadoria, faz da produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução social no mundo moderno; elemento definidor dos conteúdos da prática sócio-espacial, modificando as relações espaço-tempo da vida social, redefinindo antigas contradições e produzindo novas. É assim que a transformação do espaço se alia a necessidade da compreensão pela geografia desse movimento/momento da realidade, posto que o dinamismo no qual está assentado o processo de conhecimento implica em profundas transformações no pensamento geográfico (CARLOS, 2007, s. p.).

Não obstante, Carlos (2007) defende que o pensamento crítico na geografia, desenvolvido nos anos 1970-1980, no contexto brasileiro, encontra-se atualmente em refluxo. Isso porque o afastamento da economia política no debate geográfico impossibilitou o desenvolvimento de uma geografia voltada à análise da totalidade social, isto é, testemunhou-se o abandono das categorias de análise marxistas frente a

uma abordagem racional e técnica da geografia. “Mas o pensamento não-dialético isola e separa o sujeito de seu objeto, o pensamento da natureza, a razão do devir e a consciência de suas condições objetivas” (LEFEBVRE, 2009, p. 78).

Nesse sentido, a teoria desenvolvida por Fraser traz em seu arcabouço analítico novas prerrogativas que podem enriquecer a expansão de uma visão geográfica da totalidade. A conceitualização de pontos centrais na organização do sistema capitalista (produção e reprodução; exploração e expropriação; economia e política; e natureza humana e não humana) indica a condição para se buscar em elementos estruturais o entendimento das dinâmicas do capital e sua reprodução na consolidação de elementos espaciais.

Isso porque esta formação econômico-social particular, o capitalismo, não se deixa conhecer racionalmente senão por aqueles que a recolocam no devir, isto é, à luz da história. Em outras palavras, por aqueles que encaram seu nascimento, seu crescimento, seu apogeu, seu declínio e sua desapareição; por aqueles, assim, que a determinam no conjunto (na totalidade) de seu processo (LEFEBVRE, 2009, p. 79).

Fraser busca em sua obra a compreensão das tendências reais e objetivas das crises sistêmicas pautada em uma concepção de capitalismo que não se limite a uma única força histórica – a economia. Assim, considera as condições de fundo como igualmente importantes para se compreender os pontos críticos da crise capitalista contemporânea: a crise sociorreprodutiva; a crise ecológica e a crise política da sociedade capitalista. O reconhecimento que o desenvolvimento das forças produtivas e sociais do capital estão inseridas nas condições espaciais marcam uma nova alusão para um meio analítico de compreensão dos processos de divisão internacional do trabalho, os quais se ligam a situações de superacumulação de capital.

Voltando a Harvey, para a análise da produção capitalista do espaço e suas transformações ao longo do tempo e da história, verifica-se que semelhante ao pensamento de Fraser, mas antes da autora, no que se refere à mudança epistêmica da história oficial da exploração para a história de fundo da expropriação, em *O Novo Imperialismo*, Harvey (2003) aponta que algumas formas de espoliação continuam como aquelas apontadas por Marx, sendo que outras acompanharam as diversas mutações do sistema capitalista e, conseqüentemente, foram aprimoradas.

Na mesma linha de pensamento de Luxemburgo, o autor pontua que as práticas de espoliação não são contingentes, e sim inseparáveis do processo econômico. Harvey (2003) indica que a acumulação por espoliação é uma prática contínua, necessária à continuidade do processo de acumulação de capital, e que assume formatos novos ao longo da história desse modo de produção, sendo uma “revisitação do antigo, em tempo e lugares distintos” (HARVEY, 2003, p. 148). Além de expediente necessário para a solução das crises internas do capitalismo (o fora que vem para dentro), nas quais o capital excedente precisa encontrar uma realocação dos lucros em novos ativos absorvidos e com custos reduzidos.

Assim, é necessário analisar a teoria da acumulação de Marx a partir de uma escala geográfica expansível. A condição de superacumulação de capital – geradora de crises -, na qual o excesso de capital é maior do que aquele que possa ser aplicado de forma rentável (excedente de capacidade produtiva, mercadorias, desemprego etc.), caso não seja solucionado através do ajuste espacial, promove “a desvalorização do capital, como moeda [...] como mercadoria [...] como capacidade produtiva [...] e a desvalorização da força de trabalho” (HARVEY, 2006, p. 113).

As altas taxas de lucro prometidas proporcionam um incentivo “natural” para tal fluxo e, se atingidas, aumentam sua média de lucro no sistema como um todo. Temporariamente, as crises ficam resolvidas [...] A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao ajuste espacial (HARVEY, 2006, p. 115).

Deste modo, para Harvey (2003), os ajustes espaciais são características vitais do capitalismo, que surgem de uma necessidade de o sistema capitalista produzir novos espaços e reorganizar os espaços já existentes, por meio dos processos de destruição criativa, gerando a solução de crises internas do capital. Isso porque “as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação de capital” (HARVEY, 2006, p. 45). No mesmo sentido, as ordenações espaço-temporais, evidenciam como crises capitalistas podem ser solucionadas a partir de um adiamento do tempo e da expansão geográfica. Sendo assim, não seria possível uma teoria expandida do capitalismo, sem a dimensão geográfica, ainda mais se centrada na reflexão sobre as crises.

Ademais, poderíamos estabelecer as divisões estruturantes de Fraser a partir de uma abordagem geográfica e espacial: espaço reprodutivo/espaço produtivo; espaço natural/espaço humano; espaço econômico/espaço político e espaço da exploração/espaço da expropriação. Defendemos a centralidade da dimensão espacial para a formulação de uma teoria expandida do capitalismo. Em conjunto com a centralidade da história, a geografia atravessa todas as esferas teorizadas do plano de fundo.

Desse modo, o pensamento de Fraser se revela como um caminho metodológico rico para aqueles que produzem a ciência geográfica da ótica do entendimento marxiano do espaço. Ao lado de uma história oficial e de uma história não-oficial, existe uma geografia oficial e uma geografia de fundo, não-oficial, por onde o capitalismo caminha para possibilitar as condições de sua existência. Isso porque “não cabe pois ao marxismo dizer o que é a paisagem, o território e o espaço à geografia, mas a esta defini-los e constituí-los a partir dos próprios parâmetros e conteúdo do marxismo” (MOREIRA, 2004, p. 31).

No que se refere à questão da natureza, as relações entre o espaço da natureza humana e o espaço da natureza não humana aparecem como uma condição que viabiliza o processo de acumulação. Por exemplo, a disponibilidade de energia para o abastecimento da produção e a extração de materiais para a indústria de transformação está entre os aspectos de exploração e expropriação que o capital realiza sob a natureza não humana. O capital e seu aparato produtivo, em resumo, está associado a uma condição de dependência da natureza, uma vez que sua conexão com o meio natural é estabelecida através um nicho de relações com as substâncias específicas (apropriadas diretamente pela produção) e as condições ambientais gerais (ar respirável, água potável, solo fértil, níveis do mar relativamente estáveis, clima habitável, e assim por diante). Estes fatores reproduzem a ideia de ambiente favorável para o processo de produção e constituição das bases capitalistas territorializadas:

Substancializada na combinação das categorias da natureza e do homem no trabalho - ao mesmo tempo como amálgama e como âmbito de origem da sociedade -, a idéia de riqueza como algo vinculado à satisfação das necessidades humanas ou acumulação de poder é no fundo um tema e um conceito comum à geografia e ao

Revista Espaço & Geografia, v. 26, 2023.

<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/index>

marxismo [...] Há, então, na organização geográfica das sociedades, duas formas de metabolismo: o metabolismo do trabalho realizado no sentido do valor-de-uso e o metabolismo do trabalho realizado no sentido do valor-de-troca. A primeira tem o caráter geral das realidades abstratas. A segunda, do real-concreto. Na primeira o metabolismo explicita-se como uma relação de realização do homem como homem através do trabalho. Na segunda, como de alienação do homem pelo homem através da alienação do trabalho. Ambas se organizam em paisagem e espaço (MOREIRA, 2004, p. 25-26).

Assim, compreende-se que a produção do espaço geográfico, ligado às diferentes fases dos regimes de acumulação, determina diferentes formas de uso dos recursos naturais. Esse fator é apresentado por Fraser como um meio de conferir importância histórica à natureza dita humanizada, a partir de suas imbricações com as relações sociais de produção e realização do capital. Mas a historicização da predação da natureza não humana que se realiza no processo de extração de valor caracteriza as relações de produção vigentes para a formação de elementos territoriais e suas contradições:

Sabemos que o impulso da relação homem-meio na geografia é a necessidade de subsistência do homem, que vai resolvê-la pela transformação da natureza nos meios de que precisa. No decurso dessa transformação, o homem cria seu espaço e assim a sua própria sociedade. O fenômeno se expressa como uma solução econômica para um problema que é histórico. O trabalho é essa atividade de transformação da natureza em meios de subsistência e de produção de novos meios sempre repetidamente. E a paisagem humanizada é o resultado geográfico desse processo (MOREIRA, 2004, p. 29).

O processo de produção capitalista e o equilíbrio ecológico encontram-se em vias contrárias de reprodução. A sociedade capitalista trata a natureza com seu ideal de propriedade, como recurso inesgotável, disponível para ser apropriado infinitamente. A sociedade capitalista apresenta em seu plano de fundo uma institucionalização estrutural da crise ecológica, aprofundando as vulnerabilidades da natureza que provêm de seu meio imediato de cada vez mais aquisição de lucros.

Em seu conteúdo principal, o livro *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica* não traz em sua essência conceitos que remetem diretamente à geografia, porém a decorrência do assunto está apurada pelos contornos geográficos e o processo de produção do espaço. A remissão às fases de acumulação, associadas aos planos de fundo do capitalismo, bem como das visões associadas a outras instâncias -

não-econômicas - da sociedade, demonstram aspectos de como a espacialização se inclui na teoria das autoras. Visto que o processo de acumulação do capital necessita de uma base material para sua reprodução, as esferas de produção e circulação se localizam espacialmente e formam um lugar de especificidade para o capitalismo na divisão internacional do trabalho. Dessa forma, o tratamento realizado ao longo do livro conceitua as novas necessidades do capital em diferentes contextos históricos, temporais e territoriais, correspondendo, assim, aos diferentes processos de produção e valorização no espaço geográfico.

5. Considerações Finais

A partir das considerações realizadas ao longo do texto, percebe-se que a geografia se encontra presente no debate realizado pelas autoras. Os elementos econômicos, sociais e políticos apresentados ao longo da discussão caracterizam um método de entendimento da realidade pautado no comportamento do capitalismo e suas condições de historicização. Uma perspectiva geográfica apurada permite entender como os conceitos levantados e a construção histórica do capitalismo se manifestam no espaço geográfico, proporcionando o entendimento das relações entre crise sistêmica e as contradições existentes na produção do espaço como um concreto.

O modo de produção capitalista está ancorado no espaço geográfico, com suas características particulares e gerais, as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas ocorrem em diferentes níveis espaciais e dentro de formações sociais específicas no tempo e na história, é impossível a dissociação do estudo do capitalismo da geografia. Nesse sentido, buscamos identificar a espacialidade na teoria ampliada do capitalismo de Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020), de modo a compreender como as novas categorias de análise propostas pela autora servem, teórico-metodologicamente, ao estudo da geografia no capitalismo.

A geografia estabelecida como estudo das relações sociais de produção do espaço necessita de um acompanhamento das novas ações contemporâneas da sociedade. O processo de entendimento da constituição das novas arquiteturas que o capital está a se desdobrar, caracteriza um novo sentido de avanço epistemológico

para a geografia e as relações de poder que surgem no território. A busca por teorias como as propostas por Fraser traz uma luz no ato de entendimento dos mecanismos de funcionamento do capital. Esta teorização conduz a propor princípios de comportamentos de adensamentos de segregação espacial e expropriação maciças em localidades ainda não exploradas pelas razões capitalistas. Estes fatos são a base para a concretização de uma geografia que compreenda a lógica do capital através de um plano principal e um plano de fundo, oferecendo em sua consolidação uma análise de atuação efetiva das relações de produção do espaço geográfico.

Financiamento:

Partes desta pesquisa foram financiadas com o apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (modalidade: Bolsa de Mestrado, nº de bolsa 131762/2021-4) e FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (modalidade: Bolsa de Mestrado, nº de bolsa 2022-03387-2).

6. Referências Bibliográficas

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005, pp. 35-67.

CARLOS, A. F. A. A “geografia crítica” e a crítica da geografia. In: **COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 9., 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24503.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020. 2018. pp. 09-242.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2ª Ed. 2006. 252p.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2003. 208p.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2008. 256p.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Trad. de William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009. 128p.

MORAES, A. C. R.; COSTA, E. M. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987. 196p.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007. 152p.

MOREIRA, R. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). **Revista Geographia**, n. 11, Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2004.

SOUZA, A. M. (20-09-2021). Capitalismo em debate – uma conversa na teoria crítica. **A terra é redonda**. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/capitalismo-em-debate-uma-conversa-na-teoria-critica/>. Acesso em: 22 jul. 2022.